

Ecologias e políticas em tempo de crise ambiental: algumas notas transversais

Ricardo A. R. MONTELES¹

Resumo

Neste artigo pretende-se re-significar o debate ambiental à luz de algumas perspectivas teóricas dedicadas à temática. Recuperar as representações da natureza enquanto manifestações político-ideológicas de algumas correntes do pensamento ecológico também fazem parte do escopo do presente artigo, onde se discute a construção social da problemática ambiental e o tratamento dispensado pelo pensamento ecológico clássico e pelas contribuições teórico-metodológicas da ecologia política de recorte eco-socialista para o trato da crise ambiental contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: ecologias, crise ambiental, representações sociais, eco-socialismo.

Abstract

ECOLOGIES AND POLITICS IN TIME OF ENVIRONMENTAL CRISIS: SOME TRANSVERSAL NOTES. This paper intends to reconfigure the environmental crisis debate. Examining representations of nature as manifestations of different political and ideological thoughts of environmentalism is also our scope. It discusses the social construction of the environmental question and the treatment provided by classic ecological thinking and the eco-socialist political ecology, considering its theoretical and methodological contributions to the assessment of the contemporary environmental crisis.

KEY WORDS: ecologies, environmental crisis, social representations, eco-socialism.

Considerações primeiras

A partir dos últimos trinta anos de globalização neoliberal, a apropriação dos recursos naturais tornou-se tema de interesse global, tendo marcado peremptoriamente a mundialização da preocupação ecológica. Uma combinação de fatores históricos fornece sua base explicativa. Conforme Santos (1991), em todos os tempos, a problemática da base territorial da vida humana sempre preocupou a sociedade, porém nesta fase atual da história tais preocupações redobram, porque os problemas também se acumularam.

Estamos muito longe das respostas *à la carte* que nos são oferecidas por um ecologismo ingênuo, embora muitas vezes bem-intencionado. Com a questão ambiental estamos diante de questões de claro sentido ético, filosófico e político. Que destinos dar à natureza, à nossa própria natureza de humanos? Quais os limites da relação da humanidade com o planeta? O que fazer com o nosso antropocentrismo quando passamos a saber que, enquanto espécie humana, somos apenas uma entre tantas espécies vivas de que nossas vidas dependem? Dizer que a problemática ambiental é, sobretudo, uma questão de ordem ética, filosófica e política é se desviar de um caminho fácil que nos tem sido oferecido, isto é, o de que devemos nos debruçar sobre soluções práticas, técnicas, para resolver os

graves problemas de poluição, desmatamento, de erosão. Esse caminho nos torna prisioneiros de um pensamento herdado que é, ele mesmo, parte do problema a ser analisado (Porto-Gonçalves, 2006).

Nesta comunicação, poder-se-ia enveredar pela elaboração de uma discussão sobre o conceito de natureza, buscando fundamentos na filosofia pré-socrática. Contudo, não contempla o escopo deste artigo exaurir um debate de tamanha amplitude, nem mesmo reconstruir cronologicamente as representações da natureza ao longo da história, sem antes considerá-las manifestações político-ideológicas de grupos em diferentes condições sociais em cada contexto histórico.

Reconhece-se uma mudança significativa no nível em que a crise ambiental contemporânea tem se manifestado. De problemas locais ou regionais, a crise ambiental tem se transformado em um problema planetário. Evidentemente, este não corresponde a um resultado reivindicado pelo homem, ainda que em alguns casos ou em alguma medida seja responsabilidade de sua atuação política e econômica.

Alguns autores manifestaram diferentes opiniões para explicar tal crise. Garrett Hardin (1968), preocupando-se com a conservação dos recursos e com o problema

¹ Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – UFPA. Rua Augusto Corrêa, nº 1 – Campus Universitário do Guamá, Setor Básico, Belém-PA. Correio eletrônico: ricmonteles@ufpa.br

da superpopulação, discutiu a maciça degradação a que o manejo de recursos de propriedade comum estava submetido². Para Murray Bookchin (2005), expoente da ecologia social de recorte anarquista, os sistemas hierárquicos e de dominação próprios da sociedade urbano-industrial induzem a uma atitude de domínio irresponsável sobre a natureza.

No campo da política ambiental, tem-se considerado que a utilização de instrumentos de mercado pode corrigir os problemas ambientais e funcionar como força reguladora do desenvolvimento. Conforme crítica de Dryzek (1992), a abordagem econômico-liberal de mercado aposta nas forças de auto-regulação e parte do pressuposto de que pressão de concorrência, crescimento econômico e prosperidade levariam automaticamente ao uso racional dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e a novas necessidades de consumo compatíveis com as exigências ecológicas.

Por sua vez, a economia ecológica manifesta a existência de uma contradição entre um mundo finito de materiais e uma sociedade consumista e de crescimento ilimitado. Outros estudiosos, filiados à corrente marxista do ecologismo, apontam para as relações sociais capitalistas como as responsáveis pela crise ambiental (Foladori, 1999; 2001a; O'Connor 2000a). Neste campo tem-se investido, sobretudo no reconhecimento das potencialidades e limitações do materialismo histórico dialético e sua contribuição teórico-metodológica para a análise dos problemas ambientais contemporâneos (Foster, 2005).

Neste artigo pretende-se contribuir para esta discussão. Objetiva-se particularmente reconstruir as metamorfoses da natureza, isto é, discutir as representações sociais da natureza com base em algumas correntes do pensamento ecológico, destacando as perspectivas teóricas mais amplamente difundidas no bojo dos estudos sobre meio ambiente e desenvolvimento.

A primeira seção trata de uma breve apresentação do que chamamos “pensamento ecológico clássico”, onde se discute a construção social da problemática ambiental a partir da perspectiva preservacionista, sendo esta fortemente influenciada pela ecologia profunda. A segunda seção se destina a uma tentativa de relativização do mito do bom selvagem. Reconhece-se a importância das chamadas populações tradicionais para a conservação da diversidade biológica e discute-se a tessitura de um ecologismo popular de origem nos países do Sul, cujo escopo se delimita à necessidade de redefinição da relação entre sociedade e natureza. Na seção seguinte, discute-se o desenvolvimento da ecologia política eco-socialista como importante

instrumental teórico-metodológico com potencial analítico para estabelecer a crítica das relações sociais capitalistas em sua inexorável relação com a crise ambiental contemporânea e sua construção enquanto questão global. Finalmente, estabelece-se – nas considerações finais – um balanço das representações da natureza no âmbito dos aportes elencados e discutidos ao longo do texto, com destaque para a construção e percepção social da crise ambiental e sua apreensão materialista dialética pela perspectiva eco-socialista.

Uma apresentação do pensamento ecológico clássico ou “quais os limites do reducionismo biológico?”

O “sentimento da natureza” manifesta-se com grande repercussão na história da civilização ocidental no findar do século XVIII, principalmente com a obra de Rousseau, desenvolvendo-se grandemente com o Romantismo em uma correlação antagônica com o progresso de uma civilização cada vez mais urbana, industrial e artificial (Morin, 1997). Esta corrente filosófica protestou – à sua maneira – contra a quantificação, a mecanização e o desencantamento do mundo, em nome de valores culturais, sociais e éticos pré-capitalistas, sendo a poluição das grandes cidades e os estragos provocados pelo maquinismo, temas recorrentes da cultura romântica.

Com os avanços da História Natural, e, sobretudo com o crescimento desordenado das cidades européias inaugurado pelo capitalismo industrial, começaram a surgir vozes que questionavam os direitos ilimitados do homem sobre a natureza. A deterioração da vida urbana levou a uma valorização da vida no campo, onde reinava o bucolismo do mundo rural, começando a ser então procurado pela aristocracia em fuga dos centros urbanos cada vez mais poluídos. As paisagens naturais começaram a aparecer na literatura romântica e na pintura como lugares de enlevo e fonte de renovação espiritual (Diegues, 1993).

O ecocentrismo, corrente ecológico-filosófica instaurada no contexto de valorização das paisagens naturais, é responsável, em grande parte de sua análise, pela crítica das relações entre as sociedades industriais e a “natureza intocada”. É nesta perspectiva que os ecologistas preservacionistas dos anos 1970, propugnadores das áreas naturais sem moradores, encontraram forte aliado filosófico na emergente *deep ecology*.

O pressuposto fundamental da preocupação com a natureza era a rápida e sistemática devastação das florestas e a lancinante perda da biodiversidade, em virtude do avanço do crescimento demográfico e da devastação promovida pela modernização. Em sua base filosófica, a ecologia profunda pretendia ir além do nível factual da ecologia enquanto ciência para um nível mais profundo

² Embora normalmente Hardin leve os créditos pela teoria dos recursos comuns, os economistas H. Gordon e A. Scott parecem ser os pioneiros neste campo de elaboração. Entretanto é curioso que Hardin não tenha mencionado estes autores, apesar da coincidência no uso de exemplos como o dos pastos comuns, da pesca e da caça do bisão americano, todos elencados por Gordon em seu artigo “The economic theory of a common property resource: the fishery”.

de consciência ecológica. Este enfoque preocupava-se em apresentar uma perspectiva ética em relação aos organismos biológicos. Seus seguidores, através da valorização da natureza como lugar de reverência e contemplação estética e espiritual, chegavam a adorar de forma messiânica a “natureza selvagem”.

Criticando a noção de *wilderness*, Gómez-Pompa & Kaus (2000) sustentam que a intenção em se manter ecossistemas protegidos e idilicamente virgens vai além do mero reducionismo biológico, representando muito mais um sentimento subjetivo de nostalgia, que reflete a necessidade de criarem-se novas representações do espaço a fim de (re)inventar um mundo melhor ou ainda transportar a humanidade – através de uma janela imaginária – para um passado remoto onde a natureza existia em sua forma mais pura.

Dentre as idéias que compõem o *corpus* ecocêntrico destacam-se que as formas de vida – humana e não humana – têm valores intrínsecos, independentemente do utilitarismo; que os humanos não têm o direito de reduzir a biodiversidade, exceto para satisfação das necessidades vitais e que o estabelecimento da vida requer um decréscimo substancial da população humana.

O ecocentrismo sofreu severas críticas por parte de investigadores e ecologistas oriundos de diversas orientações teóricas. A tese mais sustentada é a de que a postura dos ecologistas ecocêntricos ou preservacionistas ligados à ecologia profunda apóia-se fundamentalmente em pressupostos neomalthusianos por postularem que os problemas ecológicos têm origem no crescimento demográfico da população humana.

O preservacionismo, suporte ideológico do movimento conservacionista estadunidense, via (e vê) nas áreas protegidas a forma mais eficaz de salvar fragmentos de natureza de grande beleza cênica contra os efeitos degradantes do desenvolvimento urbano-industrial. Este modelo irradiou-se rapidamente pelo mundo, resignificando a dicotomia povos-parques, sobretudo nos países do Sul, onde suas conseqüências sobre as populações autóctones foram sistematicamente devastadoras (Diegues, 1993).

Subjacente à preocupação mundial da ecologia profunda com os rumos do planeta, são notórios alguns eventos importantes ocorridos na década de 1970, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo e a publicação do Relatório Meadows (Os limites do crescimento) produzido pelo Clube de Roma, ambos em 1972. A despeito da natureza dos documentos oficiais, pela primeira vez os problemas ambientais provocados pelo crescimento econômico são percebidos em escala planetária e superam amplamente diversas questões pontuais arroladas nos anos 1950 e 1960 pelas agências estatais de meio ambiente dos países do Norte.

No Brasil surge em 1971 um ecologismo de denúncia representado pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), cujo programa, conforme Viola (1986) se constituía primordialmente na defesa da fauna e flora, no combate ao uso exagerado da mecanização agrícola e à poluição causada pelas indústrias, no combate ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas, no combate à poluição dos cursos d’água por resíduos industriais e domiciliares não tratados, no combate às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas, na promoção da ecologia como a ciência da sobrevivência e na difusão de uma nova moral ecológica.

Nos anos 1980 nasce nos Estados Unidos a biologia da conservação, que pretendia associar a ciência à gestão e manejo das áreas naturais (Diegues & Arruda, 2001). Tal corrente opera com base na teoria geral da ecologia, agrupando conceitos da dinâmica de populações e comunidades, além de apropriar-se de teoremas ecológicos clássicos como a biogeografia de ilhas proposta por MacArthur e Wilson em 1963.

Primack & Rodrigues (2001) argumentam que a biologia da conservação cristalizou-se como uma disciplina, devido, além do crescimento da percepção da crise de extinção, à percepção da existência de uma lacuna entre ecólogos e manejadores de recursos. Esta corrente foi desenvolvida para combater a crise da biodiversidade, compondo dois objetivos principais, quais sejam: entender os efeitos da atividade humana sobre as espécies, comunidades e ecossistemas, e desenvolver abordagens práticas para prevenir a extinção de espécies, reintegrando-as ao seu ecossistema funcional.

A biodiversidade configura-se, portanto, no eixo central da biologia da conservação, não tendo constituído jamais seu objeto, o estudo das interações entre sociedades e natureza. O debate que dominou esta corrente concentrou-se no tamanho e na forma das áreas protegidas, no estabelecimento de corredores ecológicos, assim como no desenvolvimento de técnicas de avaliação dos riscos de extinção de espécies.

As propostas de desenvolvimento de ferramentas de manejo e de priorização de áreas para a conservação de espécies, visando minimizar o problema da galopante perda da biodiversidade – que segundo os biólogos da conservação tem origem na fragmentação dos *habitats* – têm apresentado limitada ou nenhuma capacidade de integração das populações humanas nos projetos de conservação. Assim, a teoria da conservação, nascida e criada no Norte, tem se apresentado inaplicável aos trópicos, como a exemplo do Brasil (Diegues, 1996).

Em virtude da percepção generalizada do agravamento dos problemas ambientais, surge no final da década de 1980 a noção de desenvolvimento sustentável, cujo escopo constitui-se em uma tentativa de explorar a conflituosa

relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Embora não se constitua propriamente em uma corrente do ecologismo, esta noção surge para dar legitimidade e publicidade à preocupação ambiental, tendo sido oficialmente coroada na Cúpula da Terra³ e em conferências correlatas.

Das muitas definições de desenvolvimento sustentável, a mais amplamente conhecida é aquela elaborada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Comissão Brundtlandt – publicada em 1987 no Relatório “Nosso Futuro Comum. De acordo com esta Comissão, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional devem acontecer em concordância com as necessidades presentes e futuras.

Conforme destaca James O’Connor (2000a), há poucas expressões tão ambíguas quanto “desenvolvimento sustentável”. Esta ambigüidade é recorrente na grande parte dos principais discursos contemporâneos sobre desenvolvimento e meio ambiente, como a exemplo dos informes governamentais e das Nações Unidas, das investigações acadêmicas e do pensamento político verde.

Estamos en presencia de una lucha a escala mundial por determinar cómo serán definidos y utilizados el “desarrollo sostenible” o el “capitalismo sostenible” en el discurso sobre la riqueza de las naciones. Esto quiere decir que la “sostenibilidad” es, ante todo, una cuestión ideológica y política, antes que un problema ecológico y económico (O’Connor, 2000a: 10).

Apesar de a comunidade internacional reportar-se de forma unanimemente favorável ao ideário do desenvolvimento sustentável, dificilmente consegue-se reconhecer o suposto compromisso com a defesa do meio ambiente e das gerações futuras nas ações e medidas atuais. Pelo menos os resultados referentes às determinações de metas concretas em nível internacional e às políticas públicas adotadas em boa parte dos países têm ficado significativamente aquém das indispensáveis recomendações a fim de se alcançar um desenvolvimento ecologicamente sustentável (Frey, 2001).

Embora o Relatório Brundtlandt tenha se ocupado em criticar os processos de decisão no quadro do sistema político-econômico mundial, ele não oferece propostas concretas referentes a uma modificação dos mecanismos de decisão e das condições de poder, tanto nacionais quanto internacionais. O anseio em alcançar mudanças substanciais sem tratar das estruturas e mecanismos básicos, concernentes, sobretudo aos processos institucionais e políticos que regulam a propriedade, o acesso e o uso dos recursos naturais determina o espírito da concepção de desenvolvimento sustentável defendida pela Comissão Mundial (Guimarães, 1997).

³ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Realizada em junho de 1992, ficou mundialmente conhecida como Rio-92.

Identifica-se na proposta de desenvolvimento sustentável uma articulação de símbolos, significados e conceitos capazes de mobilizar uma aceitação mundial, um consenso altamente significativo, sem que haja, porém, esforços consideráveis para o enfrentamento das questões envolvidas na discussão (Fernandes, 2006). Aliás, esse novo modelo de desenvolvimento parece mesmo distanciar-se de uma perspectiva crítica em relação às formas de apropriação da natureza inauguradas pelo capitalismo industrial. Como sustentam Foladori & Tommasino (2000), a noção de desenvolvimento sustentável propõe-se fundamentalmente a “interpretar la crisis ambiental y ofrecer una salida ‘viable’ al capitalismo”.

Nesse sentido, Banerjee (2006) argumenta que a definição abrangente de desenvolvimento sustentável proposta no Relatório Brundtlandt está na raiz de muitas controvérsias, havendo um considerável desacordo entre estudiosos de diferentes disciplinas a respeito de sua operacionalização, assim como em relação à maneira pela qual a sustentabilidade possa ser mensurada. Assim, a abordagem do Relatório “Nosso Futuro Comum” pretende verdadeiramente conciliar o inconciliável ao objetivar crescimento econômico, preservação ambiental e equidade, simultaneamente.

Ecologismo popular e conservação da natureza

Tem-se registrado que a postura – por vezes autoritária – dos especialistas em conservação vem se transformando nos últimos anos. No Brasil, uma nova geração de cientistas naturais tem se empenhado em contribuir para a solução dos problemas gerados por práticas conservacionistas “fundamentalistas”, procurando reconhecer o papel das populações tradicionais na conservação da biodiversidade. Cada vez mais biólogos e cientistas naturais com sensibilidade social afirmam a necessidade de se incorporar essas populações nas estratégias de conservação da biodiversidade.

É exatamente no bojo dessa transformação, em um contexto de crescente reconhecimento do papel e da importância das populações tradicionais para a conservação da biodiversidade, que se assiste a um processo de incorporação de novos valores conservacionistas, os quais são apropriados ao domínio científico sob a influência de distintos enfoques e cosmovisões. Nos países do Sul, um novo ecologismo vem sendo construído, mesmo que ainda de forma incipiente e fragmentada, como um movimento que agrega cientistas naturais e sociais em uma tentativa de apreensão interdisciplinar da realidade. O esboço da teoria da conservação a que Diegues (2000) se refere como “etnoconservação” é resultado da constatação de incongruências no campo de elaboração da conservação

nascido nos países do Norte e abruptamente transplantado ao Sul, com o apoio freqüente de grandes organizações conservacionistas internacionais.

Este novo conservacionismo ancora-se no ecologismo popular de países do Sul como a Índia, o Zimbábue e o Brasil, enfatizando a necessidade de redefinição da relação entre sociedades e natureza, baseada na importância das populações tradicionais para a conservação dos ecossistemas presentes em seus territórios e na vinculação entre os movimentos de resistência camponesa e a crítica ecológica para o enfrentamento dos problemas oriundos do avanço das relações capitalistas, sobretudo no campo. Trocando em miúdos, a valorização dos saberes locais constitui-se na base desse novo conservacionismo, e a diversidade cultural – condição fundamental para a manutenção da diversidade biológica – somente poderá persistir se essas populações não perderem o controle e o acesso aos recursos naturais em seus territórios.

O reconhecimento da existência de formas de conhecimento para além da ciência hegemônica e a integração dos saberes a fim de subsidiar o planejamento e execução de ações, programas e políticas etnoconservacionistas têm se evidenciado nos últimos anos. Paralelamente tem-se sustentado que a inclusão de métodos alternativos para a conservação da biodiversidade que contemplem plenamente os saberes locais deva ter prioridade (Pimbert & Preety, 2000).

O crescimento econômico implica em incremento nos impactos ambientais, chamando a atenção para o deslocamento das fontes de recursos e das áreas de depósito de resíduos. Neste sentido, os países industrializados dependem de importações provenientes dos países do Sul para atender parcelas crescentes de suas demandas por matérias-primas e bens de consumo. O resultado em nível global é que a fronteira do gás, do eucalipto, do camarão e da soja transgênica – apenas para citar alguns exemplos – avançam na direção de novos territórios, o que tem gerado impactos que atingem desproporcionalmente alguns grupos sociais historicamente marginalizados, que por vezes protestam e resistem à sua maneira (Martínez-Alier, 2007).

As populações se defendem e diversos são os casos ao redor do mundo. No Brasil, é possível acompanhar a defesa dos manguezais contra a carcinicultura, sobretudo no nordeste onde a produção industrial de camarão cinza é realizada em imensas “fazendas” à custa de crescentes áreas de mangue desmatadas ou poluídas com os resíduos desta indústria. Acompanha-se também a resistência de comunidades quilombolas às monoculturas de eucalipto no sudeste do país. O movimento de atingidos por barragens, e no Maranhão a incansável luta das quebradeiras de coco pela garantia dos direitos seculares de uso dos babaçuais

são exemplos igualmente relevantes do ponto de vista da resistência e luta por justiça social e ambiental.

Sustenta-se no seio do ecologismo de base popular que grupos autóctones têm co-evoluído de forma menos predatória com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade. No campo acadêmico, este ecologismo tem recebido apoio da agroecologia, de algumas ramificações da ecologia política, em alguma medida da economia ecológica, da neófitia sociologia ambiental e da etnoecologia.

É neste contexto de resistência que a etnociência pode oferecer grande contribuição, pois faz um convite à interpretação das distintas relações de sociabilidade que orientam as diferentes formas de ser para a compreensão dos processos sociais. A etnociência parte da lingüística para estudar os conhecimentos de diferentes sociedades sobre os processos naturais, buscando o entendimento da lógica subjacente ao conhecimento humano sobre a natureza, suas taxonomias e classificações (Diegues, 1996).

As contribuições teórico-metodológicas da etnociência podem ser constatadas através do crescente número de trabalhos sobre o conhecimento das populações autóctones e suas relações com a natureza. Claude Lévi-Strauss, em seu clássico *La pensée sauvage* de 1962, analisou os sistemas nativos de classificação e cunhou a noção de ciência do concreto para se referir aos saberes daquelas populações sobre a natureza, constatando a precisão com a qual esses grupos reconhecem as mínimas diferenças entre as espécies de um mesmo gênero ou as mudanças sutis dos fenômenos naturais. Posteriormente, contribuições de diversos autores como Posey (1987), Balée (1989), e no Brasil, Diegues (1996) e Marques (2001) foram se alinhando em uma perspectiva que emerge no panorama científico como um campo de cruzamento de saberes, cuja evolução tem se dado através de um fecundo diálogo entre as ciências naturais e sociais.

Os conhecimentos das populações tradicionais ganharam campos específicos que tratam dos domínios da cultura e da ciência das populações tradicionais dentro da própria etnociência. Elencam-se nesse bojo, a etnobotânica, a etnozootologia e a etnoecologia, assim como todas as outras “etno-x”, conforme assinala Marques (2001).

As populações tradicionais são definidas por Diegues & Arruda (2001) como grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Referem-se os autores tanto aos povos indígenas quanto aos segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência social, adaptados a nichos ecológicos específicos.

Distintos grupos sociais atualmente publicizados e aglutinados na categoria genérica “populações tradicionais” integram factualmente, na acepção de Castro (1997), um campesinato polivalente. Trata-se de uma categoria

imbricada em contradições, onde se entrecruzam olhares conflitivos sobre o “outro” e que, em si, pouco contribui para a compreensão dos processos identitários, das representações e das orientações das ações políticas daqueles grupos, ações estas que muitas vezes traduzem os conflitos com outros atores sobre as formas de apropriação dos recursos naturais, base de sua sobrevivência.

Embora se reconheça as imprecisões da noção de populações tradicionais e de suas derivações, faz-se por ela opção, em virtude de um aspecto central: esta noção apresenta importantes elementos de reafirmação de direitos territoriais e de reconhecimento de alteridades, à medida que envolve o caráter de auto-identificação dos grupos e marca novos campos de intersecção e conflito frente à sociedade envolvente.

As relações entre homem e natureza, presentes tanto nas atividades produtivas quanto nas representações simbólicas do meio biofísico, permitem que essas populações acumulem amplo conhecimento sobre os recursos naturais ocorrentes em seus territórios. Diegues (1996) define conhecimento tradicional como o saber e o saber-fazer sobre o mundo natural e sobrenatural gerado no âmbito das sociedades tradicionais. Para muitas dessas sociedades, em especial as indígenas, existe uma inter-relação entre o mundo natural, o mundo sobrenatural e a organização social, havendo nesse sentido, um *continuum* entre o natural e o social.

O conhecimento das práticas e representações dos diferentes grupos sociais pode apresentar papel importante para intervir na crise ecológica, pois esses grupos conseguiram elaborar ao longo do tempo grande conhecimento sobre os ecossistemas, o que lhes garante até hoje a reprodução de seu sistema sócio-cultural. Graças aos saberes acumulados sobre o território e às distintas formas pelas quais se realiza o trabalho, esses grupos adaptaram-se a um complexo meio biofísico. Suas atividades constituem múltiplas formas de relacionamento com os recursos, sendo justamente essa diversidade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e a formas apropriadas de manejo dos recursos naturais (Castro, 1997).

Os sistemas tradicionais de manejo de recursos naturais relacionam-se fortemente ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e das formas de organização social. As populações tradicionais não apenas convivem com a diversidade biológica, mas nomeiam e classificam a biota segundo categorias próprias. A biodiversidade não é vista necessariamente como um recurso, mas como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico integrado a uma complexa cosmologia.

Embora parte dos estudos enfocando a relação das populações tradicionais com a biodiversidade reconheça que as práticas tradicionais de manejo apresentam baixo impacto

ecológico, é necessário questionar se o conhecimento e as práticas tradicionais constituem-se efetivamente em práticas conservacionistas. De outro modo, assim como não se deve partir do pressuposto de que os ecossistemas se encontram em constante equilíbrio homeostático, não se deve afirmar que as práticas tradicionais de uso dos recursos naturais são forçosamente conservacionistas. É necessário, portanto precaver-se dos reducionismos, materializados por um lado, na possibilidade de a tecnologia moderna reverter os impactos das atividades humanas sobre a natureza, o que foi criticado e denominado por Frey (2001) de “abordagem ecológico-tecnocrata da sustentabilidade”, e por outro, na crença de que as populações tradicionais figuram como conservacionistas natas ou profundas conhecedoras da estrutura e dinâmica de funcionamento do mundo natural como consta no romanceado mito do *ecologically noble savage* (Hames, 2007).

O ecologismo dialético: contribuição da ecologia política eco-socialista à apreensão da crise ambiental contemporânea

Como conseqüência da crise ambiental global, tem-se desenvolvido um novo campo de estudos centrado na análise das causas políticas, econômicas e sociais desencadeadoras da referida crise. A ecologia política constitui um campo interdisciplinar de reflexão e investigação, e tem sido fruto de intenso diálogo entre a biologia, a antropologia, a geografia, a história e a ciência política, criando espaços privilegiados entre as ciências naturais e sociais.

As múltiplas ramificações do paradigma ecológico atestam uma constante ampliação do seu escopo, ao mesmo tempo em que representam respostas às novas realidades políticas e ambientais atualmente confrontadas. A vertiginosa aceleração do processo de globalização e a crescente gravidade da crise ambiental no cenário mundial constituem-se em duas importantes forças contemporâneas. A globalização acontece no âmbito da expansão do capitalismo, sob a égide do neoliberalismo e de situações de neocolonialismo político e neo-imperialismo cultural. Quanto à crise ambiental, além dos problemas de ordem planetária, nos planos regional e local há recorrentes crises ambientais manifestas pela desertificação, esgotamento de recursos naturais e perda de biodiversidade (Little, 2006).

É justamente nessa conjuntura que se deve entender a emergência da ecologia política como um amplo campo de pesquisa, através da compreensão de que a introdução da economia política no campo ambiental reserva o impacto singular de publicizar os choques entre diferentes lógicas produtivas, e assim prover maiores detalhes sobre as

mudanças econômicas, políticas, sociais e sua relação com a crise ambiental, propriamente.

O termo ecologia política quando utilizado pela primeira vez pelo antropólogo Eric Wolf referia-se ao controle social das formas de distribuição dos recursos naturais e ao modo como são socialmente apropriados os ecossistemas. Até meados dos anos 1980 pouco desenvolvimento teve este campo de elaboração teórica, já que não se reconhecia a capacidade analítica da teoria marxista em relação aos problemas ambientais. Embora essa polêmica seja até hoje latente, concorda-se que a crítica aos supostos vazios teóricos da economia política de Marx tenha um limite indiscutível. Não se deve protestar a quem elaborou a referida teoria pelo que a ele aparentemente não interessou sistematizar. É necessário, portanto, boa dose de relativização histórica no que concerne às “insuficiências” analíticas do marxismo à crise ambiental. A análise deve estar centrada na avaliação dos aspectos metodológicos capazes de contribuir para a compreensão da complexidade das relações entre sociedade e natureza. Desse modo, temas como os processos de mercantilização, as classes sociais, o papel do Estado e o problema do poder conformam verdadeiros aportes ao desenvolvimento da ecologia política (Bedoya Garland & Martínez Márquez, 2000).

Tal como se conhece a partir da teoria marxista tradicional, o capital é o pior inimigo de si mesmo e está sempre pondo em risco sua própria sustentabilidade, devido à contradição entre a produção social e a apropriação privada. Uma interpretação desta contradição, conhecida como primeira contradição do capitalismo ou contradição interna, é a de que o incremento da taxa de exploração da força de trabalho e o correspondente aumento da mais valia implicam, entre outros aspectos, na diminuição do salário real dos trabalhadores e na sua conseqüente incapacidade de aquisição de mercadorias, em virtude de sua indisposição de dinheiro, o que produz – como um efeito não desejado – uma redução na demanda final de bens de consumo⁴.

Não obstante, o desenvolvimento do capitalismo obriga a uma reflexão sobre a possibilidade de existência de uma segunda contradição ou uma crise de custos, na qual devem ser centralmente consideradas as condições de produção (O'Connor, 1989). Estas condições (força de trabalho humana e natureza) não surgiram como mercadoria, porém foram transformadas em tal e subordinadas às leis de mercado com a expansão capitalista. Assim, o capitalismo se apropria continuamente, utiliza e destrói a base física natural, além de degradar seriamente a qualidade de vida das pessoas. Com base em uma lógica expansiva, competitiva e imediatista, a dinâmica capitalista deteriora sua própria base de reprodução.

4 O'Connor (2000a) re-significa a contradição interna do capitalismo enquanto “crise de demanda”, posto que uma menor quantidade de trabalhadores vinculados ao processo produtivo produz mais e encontra-se, por definição, em menor capacidade de consumir.

A economia política tem tradicionalmente se ocupado em analisar os conflitos que ocorrem entre as classes sociais em relação à distribuição da riqueza ou do excedente econômico. Nesse sentido, Marx tem sido incansavelmente acusado de produtivista, antropocêntrico e estritamente apegado às forças produtivas, não tendo contribuído, portanto para uma crítica organizada da crise ambiental, segundo seus críticos.

Contrapondo a idéia de um Marx acrítico em relação à deterioração da natureza, parafraseia-se uma das mais notórias assertivas d'O *Capital* referente à agricultura capitalista.

Ela destrói não só a saúde física do operário urbano, mas também a vida espiritual do trabalhador rural. Cada passo dado em direção à agricultura capitalista, cada semente de fertilidade a curto prazo constitui ao mesmo tempo um agravamento na ruína das fontes duradouras de tal fertilidade. Quanto mais um país desenvolve-se à base da grande indústria, tanto mais rapidamente realiza-se esse processo de destruição. Portanto, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social, ao mesmo tempo que esgota as duas fontes de onde brota a riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 1998: 570-571).

Mesmo nos escritos de Engels, quem estimou o controle e o domínio humanos sobre a natureza, podem ser encontrados vestígios de uma “preocupação ecológica” ao abordar o problema do caráter unilateral e imediatista do modo como o capital se relaciona com a natureza. Engels observa que o homem domina a natureza e lhe imprime as modificações necessárias através do trabalho. Entretanto, sustenta que não se deve vangloriar com essas vitórias humanas sobre a natureza, já que para cada uma delas, a natureza vinga-se à custa do próprio homem. Engels foi consciente de que as pessoas que destruíram as florestas da Mesopotâmia, Grécia, Ásia Menor e outras regiões para obter terras agricultáveis nunca imaginaram que, ao eliminarem juntamente com as florestas os centros de coleta e os reservatórios de umidade, estavam lançando as bases para o estado desolador de tais países (Engels, 1979).

O eco-socialismo se propõe particularmente a refletir de forma crítica acerca dos conflitos derivados das relações entre sociedade e natureza, onde se faz presente a necessidade de (re)pensar a dimensão ambiental dos conflitos sociais e entender como cada forma de organização política e econômica da sociedade humana explica determinado tipo de relacionamento ecológico. Estes são, pois aportes sumamente importantes para a compreensão da crise ambiental contemporânea.

Esta perspectiva deve ser amplamente utilizada para analisar os conflitos ecológicos distributivos no Brasil e suas implicações para a crise⁵. De norte a sul do país, negros, índios, camponeses, mulheres e cidadãos pobres

5 Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos recursos naturais. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, os padrões

são cotidianamente expropriados em seus recursos naturais em virtude do controle social, político e econômico exercido pelas classes dominantes. Basta refletir sobre a expropriação étnica que as populações afro-descendentes têm sofrido historicamente ou ainda sobre as condições degradantes às quais camponeses migrantes em regiões de colonização recente têm sido submetidos (ver Hébette, 2004, vol. 1).

As pessoas materialmente pobres são acusadas de destruir a natureza. Estas acusações justificam políticas que depois ameaçam a própria existência destes grupos sociais e de seus sistemas tradicionais de produção. A percepção generalizada da pobreza como agente inexorável dos problemas ambientais é equivocada. É necessário, portanto, reorientar o debate e examinar crítica e historicamente a acumulação de riqueza sem precedentes que tem polarizado a sociedade e propagado a pobreza.

A reorganização do controle e utilização dos espaços e recursos naturais, engendrada pela intensificação da produção tem violado os princípios básicos da natureza e ameaçado a reprodução das populações autóctones. Nas palavras de David Barkin, “Los pobres no saquean la tierra debido a su insensible desperdicio de recursos, sino por la falta de una distribución equitativa de la riqueza social disponible y por la manera despiadada con que los poderosos mantienen su control” (Barkin, 2002: 170-171).

Tal como se tem demonstrado, a dinâmica de destruição é resultado da forma desvantajosa com a qual os camponeses se articulam com o mercado capitalista através da comercialização de produtos agrícolas e florestais. A relação desfavorável com o mercado de trabalho também gera efeitos na natureza e, evidentemente, na qualidade de vida das pessoas. Normalmente estes trabalhadores vendem sua força de trabalho na agricultura capitalista, o que lhes implica incremento na jornada de trabalho e degradação da saúde e da qualidade de vida em geral. A perda da cobertura vegetal, o desaparecimento dos cursos d’água e a lancinante erosão do solo são processos advindos dessa cíclica dinâmica. Eis, portanto, uma manifestação da primeira contradição fundamentando a segunda.

Seguindo a Foladori (1999) acrescenta-se que o relacionamento humano com a natureza é principal e crescentemente mediado por coisas produzidas e a consequência evidente deste comportamento mediado com o meio é que as coisas são separadas do indivíduo biológico, o que permite a sua acumulação através do tempo. Como esta acumulação não é da sociedade como um todo e sim de grupos de indivíduos de acordo com sua produtividade e acesso aos meios de produção, fica claro que as leis sociais que guiam a repartição dos meios de produção condicionam um acesso diferenciado à riqueza natural. De outra maneira,

o relacionamento dos grupos e classes sociais com a natureza é estrutural e qualitativamente distinto.

A intensidade de exploração da natureza humana e não humana é resultado da forma de extração de excedentes através do modo de utilização de mão-de-obra. Assim, esgarça-se o metabolismo à medida que o homem deixa de ser parte da natureza com a qual deveria permanecer em processo constante para não perecer (para usar termos marxistas). Arrebata-lhe a face o signo da exploração e aniquila a um só tempo sua vida física e espiritual, fazendo com que se rompa por completo seu metabolismo com a natureza (Foladori, 2001b).

Para uma apreciação histórica da exploração da natureza humana e não humana, argumenta-se que a América foi cenário da maior tragédia já vivida pela humanidade desde o início de sua história. Um gigantesco etnocídio foi registrado, o que implicou no sacrifício gratuito de universos simbólicos e de tecnologias adaptadas aos mais distintos ecossistemas, baseadas em séculos de paciente observação dos processos naturais. Entretanto, não se trata apenas da violência direta dos conquistadores europeus, dos trabalhos forçados e da fome provocada pela desestruturação dos sistemas agrícolas nativos. A macrohistória ambiental americana registra que junto a estas catástrofes produziu-se também uma gigantesca migração de fauna e flora exóticas que rapidamente se estenderam pela superfície do continente e que em alguns lugares produziu, em poucos anos, transformações radicais na paisagem. Simultaneamente faziam a travessia em sentido contrário, plantas de grande valor alimentício até então desconhecidas na Europa, junto com saberes agrícolas a elas vinculadas que haviam sido desenvolvidos durante séculos pelos nativos americanos (Alimonda, 2006).

Estes processos fazem parte de um grande dispositivo de reordenamento social e ambiental dos territórios em função do estabelecimento de uma “economía de rapina” (Castro Herrera, 2002). Este reordenamento significou uma reterritorialização em larga escala no espaço continental, o que levou à formação de sociedades altamente concentradoras de poder político, social e econômico, caracterizadas por profundos cortes étnico-culturais e pela rigidez das estruturas sociais. A lógica da economia de rapina que dependia (e depende) da vinculação com o mercado global alimentou e foi retroalimentada por estes mecanismos de exclusão. Em todas as partes, em todos os lugares, embora com dimensão e intensidade variáveis, incrementou-se a tendência sistemática de metamorfosear a natureza em mercadoria.

Atualmente, na América Latina e em diversos países do Sul, muitos governos estão mais interessados em transacionar a natureza às corporações transnacionais em nome do “desenvolvimento”, enquanto as grandes massas de camponeses sem terra e os pobres das cidades

pluviométricos e a qualidade dos solos. Em outros casos são claramente sociais, culturais, econômicos e políticos (Martínez-Alier, 2007).

se vêem forçados a explorar e esgotar os recursos naturais apenas para (sobre)viver. Na mesma via, as corporações constroem o problema ambiental e refazem a natureza de maneira consistente com a rentabilidade sustentável e a acumulação de capital.

Conforme colocam Mies e Shiva (1997), nos primeiros tempos da colonização, a tarefa dos homens brancos consistiu na necessidade de “civilizar” os povos não brancos do mundo. Isto significou, acima de tudo, privá-los de seus recursos e de seus direitos. Nas fases posteriores da colonização, a missão dos homens brancos consistiu na necessidade de “desenvolver” o Terceiro Mundo, e isso envolveu – mais uma vez – privar as comunidades locais de seus recursos e direitos. Agora estamos no limiar da terceira fase da colonização, na qual a missão do homem branco é proteger o meio ambiente, e isto também envolve a tomada do controle dos direitos e recursos. A salvação para o meio ambiente não pode ser encontrada através da velha ordem colonial, baseada nas “missões” dos homens brancos, pois essas duas coisas são ética, econômica e epistemologicamente incongruentes.

Entramos, portanto, em um mundo no qual o capital não se limita a apropriar-se da natureza para convertê-la em mercadoria, mas cria algo que antes não existia. Trata-se de um mundo em que o capital refaz a natureza à sua imagem e semelhança. Nas palavras de James O'Connor, “en algún momento del futuro, la naturaleza se tornará irreconocible como tal, o como la percibe la mayoría de las personas. Será, más bien, una naturaleza física tratada como si estuviera regida por la ley del valor y el proceso de acumulación capitalista” (O'Connor, 2000a: 16).

As lutas – em cuja base se encontra a apropriação social da natureza – efetuadas pelos grupos historicamente aliados do processo político, ao se orientarem na direção da autonomia e da mudança social, necessitam estar fundamentalmente apoiadas em práticas produtivas alternativas ao modelo hegemônico e excludente. Alimonda (2006) defende, por exemplo, que a ecologia política e a agroecologia devem confluir em um horizonte utópico de recomposição das relações sociais com a natureza.

Toda a reflexão multidimensional da agroecologia sobre o sentido social da apropriação da natureza, sobre a importância de se pensar em modelos tecnológicos menos degradantes, sobre a justiça ambiental e sobre a distribuição ecológica, conectam-se em múltiplas formas com as perspectivas mais utópicas da ecologia política, especialmente no que concerne à defesa e promoção da diversidade e dos direitos coletivos dos grupos e classes sociais historicamente marginalizadas em uma perspectiva anti-essencialista, conforme sustentada por Escobar (1999).

Conforme sustenta Porto-Gonçalves (2006), eis o caminho, mais difícil sem dúvida, que haveremos de

percorrer se quisermos sair das armadilhas de noções fáceis que nos são amplamente oferecidas, como “qualidade de vida” ou “desenvolvimento sustentável” que, pela sua superficialidade, preparam hoje, com toda certeza, a frustração de amanhã.

O debate ambiental(ista) cada vez mais se torna um debate com fortes conotações esquizofrênicas, onde a gravidade dos riscos com que o planeta se defronta, contrasta com as tímidas e pífiyas propostas do gênero “plante uma árvore”, “promova a coleta seletiva de lixo” ou desenvolva o ecoturismo. “Faça a sua parte”, convidam-nos, como se a parte de cada na injustiça ambiental que impera no mundo fosse de responsabilidade igual de cada um, como se o todo fosse a soma das partes, cada qual igual à outra. Ademais, existe uma crença acrítica de que há, sempre, uma solução técnica para tudo. Com isso ignora-se que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido nele mesmo a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias traduzidas em campos específicos⁶. Essa crença ingênua no papel redentor da técnica é uma invenção recente na história da humanidade, da Revolução Industrial para cá, e faz parte do ideário filosófico iluminista. Estes últimos 200 anos culminam, hoje, com a necessidade de se repensar a relação da humanidade com o planeta.

Considerações derradeiras

A natureza tem sido socialmente representada das mais distintas formas no transcurso histórico da humanidade. De lugar contemplativo e de adoração messiânica ao cenário de manifestação imediata das contradições de um sistema político-econômico degradante, a natureza tem se metamorfoseado e dado margem à constante e intensa re-significação, sobretudo na contemporaneidade, onde se lhe constrói como uma questão.

A questão (ou problemática) ambiental é o grande desafio que o pensamento ecológico deve enfrentar nesse momento da história. Ela exige dos ecocêntricos, assim como dos biólogos da conservação, uma profunda revisão de suas práticas e o reexame das condições que determinam, ou que pelo menos influenciam a crise ambiental contemporânea. Aos adeptos da ecologia política, sobretudo da corrente eco-socialista – heranças vivas do pensamento marxista – a crise ambiental desafia a uma ampla e sistemática crítica de sua concepção tradicional de forças produtivas, assim como uma ruptura radical com o ideário do progresso ilimitado, posto que a tendência à produção ilimitada é o resultado imediato e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro e não da satisfação das necessidades. Portanto, torna-se muito difícil compreender

⁶ Não existem sociedades sem técnica, todavia nem toda sociedade mantém com a técnica a mesma relação que a sociedade capitalista mantém.

a crise ambiental sem partir do entendimento da dinâmica de produção e consumo da sociedade capitalista.

Os grupos sociais construíram seu espaço com as tecnologias apropriadas para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua sobrevivência. Organizando a produção, organizavam a vida social e o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. Pouco a pouco esse esquema foi se desfazendo. As necessidades de comércio entre coletividades introduziam novos nexos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo. Esta evolução culmina na fase atual, onde a economia se tornou mundializada e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos (Santos, 1991).

À guisa de consideração final, exprime-se aqui uma manifestação candente. Devem-se buscar as causas da crise ambiental em primeira instância no tipo de relações sociais de produção, ou seja, é necessário compreender que são as relações sociais que condicionam quaisquer relações ecológicas.

Referências

- ALIMONDA, H. 2006. Una herencia en Manaos: anotaciones sobre Historia Ambiental, Ecología Política y Agroecología en una perspectiva latinoamericana. *Ambiente & Sociedad*, 12 (25): 237-255.
- BALÉE, W. 1989. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, W. A. (org.). *Biologia e Ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectiva*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Coleção Eduardo Galvão, p. 95-109.
- BANERJEE, S. B. 2006. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M. & GUERRA, L. (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2 ed. Belém: UNAMAZ/UFPA-NAEA, p. 77-128. Tradução de Lemuel D. Guerra e Claudio Ruy P. de Vasconcelos.
- BARKIN, D. 2002. El desarrollo autónomo: un camino a la sostenibilidad. In: ALIMONDA, H. (org.). *Ecología Política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, p. 169-202.
- BEDOYA GARLAN, E. & MARTÍNEZ MÁRQUEZ, S. 2000. De la economía política a la ecología política: balance global del ecomarxismo y la crítica al desarrollo. In: VIOLA, A. (org.). *Antropología del desarrollo: teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona: Ed. Paidós, p. 129-167.
- CASTRO, E. 1997. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E. & PINTON, F. (org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, p. 221-242.
- CASTRO HERRERA, G. 2002. Naturaleza, sociedad e historia en América Latina. In: ALIMONDA, H. (org.). *Ecología Política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, p. 83-99.
- BOOKCHIN, M. 2005. *The ecology of freedom: the emergence and dissolution of hierarchy*. 4 ed. Edinburgh: AK Press.
- DIEGUES, A. C. 1993. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, P. F. & MAIMOM, D. (orgs.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro/Belém: APED/NAEA, p. 217-249.
- DIEGUES, A. C. 1996. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- DIEGUES, A. C. 2000. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUPAUB – USP, p. 1-46.
- DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R. S. V. 2001. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- DRYZEK, J. 1992. Ecology and discursive democracy: beyond liberal capitalism and the administrative state. *Capitalism, Nature, Socialism*. 3 (2): 18-42.
- ENGELS, F. 1979. *Dialética da Natureza*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Coleção Pensamento Crítico (vol. 8).
- ESCOBAR, A. 1999. After Nature: Steps to an Antiessentialist Political Ecology. *Current Anthropology*. 40 (1): 1-30.
- FERNANDES, M. 2006. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, M. & GUERRA, L. (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2 ed. Belém: UNAMAZ/UFPA-NAEA, p. 129-166.
- FOLADORI, G. 1999. Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales. *Ambiente & Sociedad*, 5: 19-34.

- FOLADORI, G. 2001a. Limites do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora da Unicamp. Tradução de Marise Manoel.
- FOLADORI, G. 2001b. O metabolismo com a natureza. *Crítica Marxista*, 12: 105-117. Tradução de Marise Manoel.
- FOLADORI, G. & TOMMASINO, H. 2000. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 1: 41-56.
- FOSTER, J. B. 2005. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de Maria Teresa Machado.
- FREY, K. 2001. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, 9: 115-148.
- GÓMEZ-POMPA, A. & KAUS, A. 2000. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUPAUB – USP, p. 125-147. Tradução de Dany Patarra.
- GUIMARÃES, R. P. 1997. O Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. & MIRANDA, M. (orgs.). *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p. 13-44.
- HAMES, R. 2007. The ecologically noble savage debate. *Annual Review of Anthropology*, 36: 177-190.
- HARDIN, Garrett. 1968. The tragedy of the commons. *Science*, 162: 1243-1248.
- HÉBETTE, J. 2004. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. vol. 1 (Migração, Colonização e Ilusões de Desenvolvimento). Belém: Editora UFPA.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1989. O pensamento selvagem. Campinas: Papirus. Tradução de Tânia Pellegrini.
- LITTLE, P. E. 2006. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, 25: 85-103.
- MARQUES, J. G. W. 2001. Pescando Pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica. 2 ed. São Paulo: NUPAUB – USP.
- MARTÍNEZ ALIER, J. 2007. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto. Tradução de Maurício Waldman.
- MARX, K. 1998. O capital. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.
- MIES, M.; SHIVA, V. 1997. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget. Tradução de Fernando Dias Antunes.
- MORIN, E. 1997. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, E. & PINTON, F. (org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, p. 53-77. Tradução de Maria da Graça Leal.
- O'CONNOR, J. 1989. Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical introduction. *Capitalism, Nature, Socialism*, 1 (1): 1-38.
- O'CONNOR, J. 2000a. ¿Es posible el capitalismo sostenible? *Papeles de población*, 24: 9-35. Tradução de Guillermo Castro Herrera.
- O'CONNOR, J. 2000b. Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica. *Ambiente & Sociedade*, 6 (2): 9-23. Tradução de Guillermo Castro Herrera.
- PIMBERT, M. P. & PREETY, J. N. 2000. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUPAUB – USP, p. 183-223. Tradução de Antonio Carlos Diegues e Daniela Andrade.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. 2006. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PRIMACK, R. & RODRIGUES, E. 2001. *Biologia da Conservação*. Londrina: Planta.
- SANTOS, M. 1991. *Metamorfoses do espaço habitado*. 2 ed. São Paulo: Hucitec.
- VIOLA, E. 1986. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PADUA, J. (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, p. 63-110.

Artigo recebido: 27/5/2008

Artigo aceito: 26/6/2008

